

ALVES: US\$ 240 MIL A ENTIDADES FANTASMAS

No endereço das instituições fica a casa de uma família amiga do deputado

O deputado João Alves (PPR-BA) enviou nos últimos três anos pelo menos US\$ 240 mil para duas entidades sociais inexistentes em Santa Rita de Cássia, município baiano próximo à fronteira com o Estado de Tocantins. Beneficiados com as milionárias verbas a fundo perdido do Ministério da Ação Social, a Fundação José Orgette e o Centro Cultural Beneficente Santa Rita de Cássia têm como sede o endereço da família de Rosinha Monteiro, antiga amiga de João Alves, dona de um apartamento em Brasília avaliado em mais de US\$ 100 mil.

O interesse de Alves pelas duas associações é comprovado pelas contas telefônicas do apartamento do deputado já entregues à CPI do Orçamento. No ano passado, ele ligou pelo menos 20 vezes para Santa Rita. A maioria das chamadas ocorreu nos meses de agosto e setembro, período em que o Orçamento Geral da União chega ao Congresso para receber emendas dos parlamentares. Neste ano, Alves já fez 35 ligações para o município baiano. O número mais acionado por Alves é o da casa da família de Rosinha. O telefone consta do cadastro do Conselho



Arquivo/AE

Alves: instituições fantasmas.

Nacional do Serviço Social (CNSS) como sendo o da entidade filantrópica Centro Cultural Beneficente Santa Rita de Cássia.

De acordo com o CNSS, as duas entidades não receberam subvenções nos últimos anos. Mas não é isso que mostram as planilhas do Ministério do Bem-Estar Social em 1990, 1991 e 1992 nem o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). As notas de empenho revelam que os repasses ocorreram em agosto e novembro de 1990, no período eleitoral, e em agosto de 1991. Duas últimas pequenas parcelas

foram liberadas nos meses de agosto e dezembro de 1992.

Responsável pela administração da entidade, a irmã de Rosinha, que se identificou como Gisa Nunes, afirmou que a Fundação José Orgette, onde funcionou uma creche hoje desativada, não recebe recursos públicos desde 1991. Sobre o Centro Cultural, cujo telefone também é o mesmo de sua residência, não soube dar informações.

Para tornar sua atuação a frente da Comissão do Orçamento mais “eficiente”, o deputado, quando era relator da Comissão, sugeriu aos ministros do Tribunal de Contas da União que colocassem em seu regimento interno um artigo tirando da alçada do Tribunal a “fiscalização da aplicação de subvenções sociais a entidades filantrópicas concedidas pelo Orçamento”. O plenário aceitou a sugestão e a inseriu no regimento interno. Com isso, o deputado conseguiu fechar mais uma porta para evitar que as irregularidades no Orçamento fossem descobertas a tempo. O presidente do TCU, Carlos Átila, garante que esta interpretação do regimento é “equivocada”.